

Simonsen não pôde unificar os orçamentos em 79. Saiu

13 ABR 1993

monet

SÃO PAULO (O GLOBO) — A necessidade de unificação dos orçamentos Monetário, Fiscal e das Estatais foi defendida enfaticamente ontem pelo ex-Ministro do Planejamento Mário Henrique Simonsen. Ele deixou claro que uma das causas de sua saída do Ministério, em agosto de 79, foi a não-aceitação dessa proposta pelo Governo: ao responder a uma pergunta de um repórter do por que não fizera a unificação em sua gestão, ele respondeu:

— E por que você acha que eu me demiti?

A unificação de orçamentos, disse ele, é mais democrática, permitindo que a sociedade exerça seu poder de controle, tal como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos. Segundo Simonsen, naquele país o maior trabalho dos ministros é convencer o Congresso sobre o orçamento do Governo.

No Brasil, frisou ele, somente o Orçamento Fiscal é votado pelo Congresso. E este Orçamento geralmente é superavitário. O Orçamento das Estatais deveria prever o que elas sugam de recursos e ainda estabelecer os limites de endividamentos e importações.

— Não fica clara a relação entre as es-

tatais e o Tesouro — destacou o ex-Ministro — não havendo, assim, uma transparência das cotas públicas.

Citando outro exemplo da confusão dos orçamentos, Simonsen disse que se três economistas analisarem os dados, cada um chegará a uma conclusão diferente.

NÃO HAVIA CLIMA

— Simonsen revelou que, no governo Geisel, quando era Ministro da Fazenda, tentou, junto com o então Ministro do Planejamento, Reis Velloso, unir os orçamentos, mas não conseguiu. Tentou o mesmo no início do governo Figueiredo, em 1979, e acabou percebendo que ainda não havia clima para isso.

Em entrevista durante almoço no Caesar Park Hotel, onde participou de um encontro de empresários, ele mostrou-se um pouco mais otimista em relação ao problema, a partir de agora.

— Hoje é diferente, pois existe um processo de abertura democrática em pleno andamento, possibilitando que se faça a unificação orçamentária através do Congresso.

FRENTE INTERNA

Simonsen destacou também que na frente interna, além da unificação de orçamentos, existe um outro grave problema estrutural: a indexação da economia.

— A desindexação da economia e a eliminação de subsídios sugeridas pelo professor Bulhões — frisou ele — não são um programa de Governo, mas são propostas altamente positivas.

A correção monetária, disse Simonsen, realimenta a inflação, assim como a política salarial o faz. Segundo ele, é necessário mudar a política salarial, com o Governo “fixando, no máximo, o salário mínimo”. O resto deve ser negociação livre entre patrões e empregados.

— Todo mundo já entendeu isso — ressaltou ele — inclusive o Partido Comunista Italiano. Só no Brasil que não se entende.

Para o ex-Ministro, enquanto os ativos e os rendimentos de capital continuarem a ter plena correção monetária e a política salarial — “seja a antiga ou a nova, com as alterações do Decreto 1212” — for mantida, provocando a indexação da economia, a recessão continuará a afetar a economia brasileira.